

## 1. INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saneamento, que vem sendo implementada pela Secretaria de Política Urbana – SEPURB - possui como um dos eixos básicos de ação, a reestruturação e modernização do Setor. Nesse sentido, assume importante papel o aperfeiçoamento da gestão ambiental em saneamento. Dentro deste contexto, a SEPURB está atuando em duas linhas de ação: (i) articulação com o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA - e entidades representativas do setor ambiental, pelo processo de discussão das principais questões do setor; (ii) fortalecimento da gestão ambiental em saneamento, tanto por meio de programas específicos para as empresas prestadoras de serviços estaduais e municipais, quanto pela promoção de estudos, pesquisas e disseminação de técnicas ambientais apropriadas.

Dentro destas duas linhas de ação, foi e está sendo desenvolvida, no âmbito do PMSS, uma série de atividades que englobam:

- *Programa de fortalecimento da gestão ambiental nas empresas prestadoras de serviços de saneamento.*
- *Formulação de proposta técnica de metodologia de classificação e avaliação ambiental de obras de saneamento, com vistas ao aprimoramento do processo de licenciamento.*
- *Proposta de diretrizes e procedimentos para reassentamento involuntário de famílias em projetos de saneamento.*

- *Elaboração de manual de especificações ambientais para o projeto, construção e operação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.*
- *Implementação gradativa de Sistema de Gestão Ambiental (SGA), de acordo com a Norma nº NBR ISO 14.001, em empresas estaduais e municipais de saneamento.*
- *Programa de treinamento em gestão ambiental para empresas de saneamento, incluindo a realização de seminários e cursos de auditoria ambiental e ISO 14.000.*
- *Estudos relativos aos aspectos ambientais na regulação do setor, etc.*

Essas proposições foram e estão sendo debatidas com o MMA, diversas empresas prestadoras de serviços e entidades ambientais estaduais, em reuniões e seminários específicos. À medida que se consolidem as proposições, é intenção da SEPURB a divulgação dos estudos e manuais elaborados e dos resultados dos programas implantados, por meio de sua publicação na Série Modernização do Setor Saneamento.

O presente documento visa estabelecer as principais diretrizes e procedimentos a serem adotados em ações de reassentamentos populacionais involuntários, no âmbito de projetos a serem financiados por programas da SEPURB. Tem por objetivo antecipar os eventuais problemas que possam surgir com a implantação de projetos de saneamento, podendo constituir-se em importante subsídio à implantação de programas de saneamento de Estados e Municípios.

Será de responsabilidade das prestadoras de serviços de saneamento a condução do processo de reassentamento, garantindo que as populações atingidas não tenham comprometidas suas condições de vida, considerando-se que, em geral, são populações de baixa renda, com muito pouca mobilidade social e sem quase nenhum poder de negociação.

Referidas diretrizes inserem-se no compromisso da Política Nacional de Saneamento de garantir o resgate dos direitos de cidadania e assegurar equidade nos resultados do conjunto das ações do Estado.







## 2. PREMISSAS

*E*m que pese o benefício coletivo que projetos de saneamento possam trazer para as populações envolvidas, não se pode desconhecer os efeitos traumáticos inerentes aos remanejamentos populacionais involuntários.

Sabe-se que mesmo uma habitação precária propicia às famílias carentes formas de convivência e de organização social que se apóiam em uma rede de solidariedade, que tem por base o território do local onde elas habitam.

É na comunidade que a população mais pobre potencializa os seus limitados recursos financeiros, por meio de formas peculiares de comércio e de serviços, baseadas em conhecimento e confiança recíprocos.

A mudança de uma família para uma nova moradia em outro local pode acarretar custos sociais que vão além dos custos financeiros como o pagamento de transporte, impostos e prestações que antes não faziam parte de suas despesas. São os custos de desestruturação de laços de vizinhança e até mesmo de parentesco.

O ato de retirar uma comunidade, ou parte dela, de seu habitat físico e social pode acarretar aspectos negativos que não têm “solução ótima”. Porém, à medida do possível, deve-se tentar oferecer condições para a reconstrução desse habitat. O remanejamento deve significar uma melhoria da qualidade de vida da população reassentada, uma vez que a população remanescente será provavelmente beneficiada pelas obras a serem executadas.









### 3. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

O principal objetivo das diretrizes e procedimentos aqui apresentados é garantir a redução dos impactos causados por projetos que envolvam a necessidade de reassentamentos. Pretende-se ainda, no mínimo, o restabelecimento das condições de vida existentes anteriormente ao reassentamento, buscando, sempre que possível, melhorar o padrão de vida das famílias afetadas.

Os projetos a serem submetidos à análise da SEPURB deverão ter como princípios básicos:

- **evitar o reassentamento de populações:** deve-se sempre analisar alternativas que possam evitar a necessidade de reassentamento, buscando, quando não for possível, a relocação dos empreendimentos e obras a serem executadas, de forma a reduzir o número de reassentamentos necessários.
- **Planejamento do reassentamento:** os projetos apresentados ao PMSS para eventual financiamento deverão conter, como parte integrante, um plano de reassentamento, desde que essa seja a única solução. A transferência deverá ser prevista para um local o mais próximo possível da área de origem, para minimizar os impactos negativos sobre a população atingida.
- **Internalização de custos:** os custos do reassentamento deverão ser estabelecidos durante a concepção e formatação do projeto de investimento, de maneira que possam ser incorporados ao custo total. Estes custos deverão ser assumi-

dos pelos organismos executores do projeto, e não pela população.

- **Participação da população afetada:** o princípio de participação dos atores sociais envolvidos deverá ser também considerado em todas as etapas do reassentamento. A população deverá participar de todas as decisões relacionadas com a relocação, desde o início do planejamento até a sua execução, devendo, inclusive, monitorar a implementação das ações referentes ao reassentamento.
- **Definição da população afetada:** considerando-se que, em geral, as populações a serem reassentadas não possuem titulação do terreno que ocupam, a política de reassentamento do PMSS atingirá todas as famílias que ocuparem a área necessária à execução dos projetos, independente da titulação que possuam. Deverá ser realizada pesquisa para identificar a população a ser afetada, considerando as seguintes situações:
  - proprietário - pessoa com certidão ou título de propriedade (original ou de transferência), no caso de terras registradas e comprovação de impostos no caso de terras não registradas. Nesse segmento incluem-se: (i) pessoas cujas terras serão afetadas; (ii) pessoas cujas residências serão afetadas; (iii) pessoas cujas terras e residências serão afetadas; (iv) pessoas cujos negócios serão afetados;
  - arrendatário/Inquilino - pessoa que tenha a posse exclusiva do uso da terra ou qualquer outro bem perma-

nente, seja por um período fixo de tempo, seja por meio de pagamento de aluguel. Nesse segmento incluem-se: (i) pessoa que cultiva a terra que é arrendada; (ii) pessoa que paga aluguel com intuito residencial; (iii) pessoa que paga aluguel com intuito de negócios;

- arrendatário/Inquilino informal - pessoa que pague aluguel ou seja arrendatário(a) por período curto ou informal;
  - ocupante irregular - pessoa ocupando a terra ou estrutura sem permissão dos proprietários.
- **Crítérios de vulnerabilidade:** devem merecer especial atenção nos processos de reassentamentos involuntários aqueles grupos que, por suas características, sejam considerados vulneráveis. Os esforços devem concentrar-se nos seguintes grupos:
    - habitantes de favelas e/ou localizados em zonas de alto risco nas áreas urbanas;
    - famílias que vivem do produto de pequenos negócios;
    - lares humildes sem pai de família;
    - pequenos camponeses com economia de subsistência;
    - população em risco de marginalização;
    - população analfabeta, minorias étnicas e anciãos;
    - em geral, todos aqueles grupos de população com risco de empobrecimento e de marginalização da sociedade.









#### 4. PLANO DE REASSENTAMENTO

*O*s projetos apresentados à SEPURB para fins de financiamento deverão conter um Plano Preliminar de Reassentamento, sempre que a relocação de famílias for inevitável. Esse Plano integrará o projeto a ser financiado (como um componente) e deverá estar concluído antes da avaliação final do projeto de modo que, na análise, sejam considerados seus custos e cronograma de atividades.

É importante lembrar que, antes de comporem o projeto, os planos de reassentamento deverão ser aprovados pelos grupos envolvidos.

A SEPURB condicionará a avaliação e negociação do financiamento dos projetos que exigirem reassentamento à aprovação dos respectivos planos. Esse Plano Preliminar deverá ser detalhado sempre que solicitado e após aprovação do projeto global pela SEPURB.

Os planos preliminares de reassentamento a serem submetidos à análise da SEPURB deverão conter as informações e dados a seguir descritos.

- **Medidas adotadas para reduzir o número de famílias a serem reassentadas**

○ Plano deverá apresentar o histórico detalhado dos estudos realizados no sentido de diminuir o número de reassentamentos necessários, com as diversas soluções de engenharia encontradas, enfatizando-se todos os prós e contras de cada alternativa estudada.

- **Determinação da população atingida**

O Plano deverá apresentar, em sua versão preliminar, uma estimativa do número de famílias atingidas, baseada em levantamentos amostrais da área e em métodos indiretos, tais como fotos aéreas. Em sua versão final será necessário apresentar o número de famílias cadastradas em toda a área afetada.

- **Caracterização da área de origem e do reassentamento**

Deverá ser feita uma caracterização física, ambiental e social das áreas de origem e de destino, de modo a possibilitar o planejamento de medidas de reforço da infra-estrutura existente na área do reassentamento e de proteção ao meio ambiente. As áreas deverão ser localizadas em mapas com escalas compatíveis com esse objetivo.

- **Participação comunitária**

O sucesso ou fracasso de qualquer plano de reassentamento depende, em grande parte, do modo como é conduzido o processo de discussão com a população afetada. A participação dos envolvidos, desde o primeiro momento, é indispensável. De imediato, deverão ser identificados os interlocutores que possam vir a tomar decisões pelo grupo, tais como associações de moradores, lideranças e organizações não governamentais que atuem na área. Deverão ser programadas reuniões com os interessados e promovidas visitas na área do reassentamento.

Todo esse processo de discussão deverá ser registrado , documentado e historiado no Plano.

Também deverão estar descritos a metodologia e os métodos a serem adotados para garantir a plena participação de todos os envolvidos no processo de reassentamento.

- **Articulação institucional**

A articulação interinstitucional e intersetorial é indispensável no processo de reassentamento. O número de instituições e órgãos envolvidos neste tipo de programa costuma ser muito grande, sendo fundamental estabelecer claramente o papel de cada um no Plano. Os executores do projeto necessitarão estabelecer parcerias, por meio de termos e resoluções conjuntas.

O prestador de serviços de saneamento, que será o executor do projeto, deverá contar com pessoal especializado para planejar e conduzir todo o processo de reassentamento, garantindo, assim, que esse seja o menos impactante possível.

- **Formas de indenização a serem adotadas pelo programa**

A estratégia a ser adotada com referência ao remanejamento deverá ser definida de acordo com as exigências do projeto e com os extratos de renda das populações atingidas. Várias opções deverão ser estudadas, com o objetivo de buscar as que melhor se adequem à realidade trabalhada. Em se tratando de populações de baixa renda, dever-se-á oferecer casa com terreno urbanizado, o mais próximo da área de origem, em condições equivalentes ou melhores que a anterior, assim como garantir recursos monetários

para a mudança e um acompanhamento sócio-educativo por pelo menos um ano após a transferência das famílias.

Situações como casas alugadas, comércios, igrejas e equipamentos comunitários deverão estar previstas de acordo com a realidade de cada área.

Já para populações com extratos de renda mais elevados poder-se-á prever alguma indenização, em forma de compensação monetária.

Também deverão ser estudadas formas de compensação aos moradores da área prevista para receber as famílias reassentadas. Quando os equipamentos comunitários existentes, a exemplo das escolas e postos de saúde, não forem suficientes para atender à nova demanda, o Plano de Reassentamento deverá prever a ampliação e/ou a construção de novos equipamentos.

Nos casos de reassentamento em áreas rurais, o agricultor deverá receber terras de igual qualidade e o mais próximo possível da área de origem, além de ser indenizado pelas benfeitorias, árvores e produção agrícola existentes, a preço de mercado.

A compensação pelos transtornos ocasionados pelos projetos sempre deverá ser prevista. A forma de compensar as populações atingidas dependerá de cada situação determinada.

- **Estimativa de custos e cronograma financeiro**

É necessária a apresentação dos custos de implantação de todo o Plano de Reassentamento, incluindo os custos de indenização e construção das casas, aquisição de terrenos, processo de mudan-

ça, etc. Um cronograma de desembolso financeiro também deverá integrar o dossiê do projeto.

- **Cronograma de atividades compatibilizado**

O cronograma deverá considerar de forma integrada todas as atividades do projeto de saneamento, incluindo as atividades de reassentamento. Dessa forma, será possível planejar e acompanhar a execução de todas as etapas do projeto.

Deve-se ressaltar que a maioria das etapas do Plano de Reassentamento deverá ser executada antes do início das obras de saneamento nesses locais, de modo que todas as famílias já tenham sido relocadas antes das obras serem iniciadas.

- **Programa de acompanhamento e desenvolvimento comunitário**

Deverá ser elaborado, com a participação das organizações não-governamentais que atuem na área de origem, um programa de acompanhamento e desenvolvimento comunitário a ser implantado no prazo mínimo de 12 meses após o reassentamento das famílias afetadas.

O programa deverá ter como principais objetivos o fortalecimento da organização comunitária e a integração da população no novo local de moradia, incluindo, quando possível e necessário, projetos de geração de renda e de capacitação de mão-de-obra.

- **Programa de avaliação e monitoramento**

Deverá ser incluído no Plano um programa de avaliação e monitoramento para fornecer informações aos órgãos responsáveis sobre a implementação do Plano de Reassentamento e possibilitar sua intervenção caso ocorra algum problema não previsto.

Termo de Referência específico e detalhado de Plano Preliminar de Remanejamento e Reassentamento de Famílias encontra-se em anexo.

**ANEXO**  
**PLANO PRELIMINAR DE REMANEJAMENTO**  
**E REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**





**PLANO PRELIMINAR DE REMANEJAMENTO  
E REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS**

**DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA  
(TERMO DE REFERÊNCIA)**

**1 - OBJETO**

O presente Termo de Referência tem como finalidade estabelecer objetivos e o conteúdo mínimo do Plano Preliminar de Remanejamento e Reassentamento de Famílias causado por Projetos de Saneamento.

**2 - JUSTIFICATIVA**

Em função da localização dos componentes de Projeto, em especial, as barragens e reservatórios de regularização, as adutoras e as estações de tratamento (no caso de sistemas de abastecimento de água) e os interceptores e estações de tratamento (no caso de sistemas de esgotamento sanitário), pode haver sérias interferências com ocupações urbanas e rurais, o que implicaria promover a remoção da população para implantação das unidades.

Nessa situação, deverá ser elaborado Plano Preliminar de Remanejamento e Reassentamento das famílias afetadas, que especifique as políticas de relocação, princípios de planejamento, condicionantes institucionais e critérios de projeto.

### **3 - ESCOPO DO TRABALHO**

Apresentam-se, a seguir, os condicionantes mínimos a serem observados no Plano.

#### **3.1 - Caracterização da População a Ser Afetada**

##### **3.1.1 Definição da área a ser afetada**

Com base em uma planta cadastral, deverá ser locada a área a ser utilizada para implantação das unidades do projeto de saneamento, de modo a definir a área a ser afetada, como também realizado um levantamento preliminar da infra-estrutura, dos equipamentos públicos e privados, das propriedades e do número de residências a serem atingidas. Esse levantamento deverá ser ilustrado, se possível, com fotos aéreas.

A área deve ser caracterizada quanto ao seu aspecto fundiário e situação legal.

##### **3.1.2 - Caracterização da infra-estrutura básica e social**

Deverá compreender a caracterização, na área de influência direta e indireta da intervenção, da infra-estrutura básica e social de que a população se utiliza. Deverá ser descrita a situação de abastecimento de água, esgotamento sanitário, recolhimento de resíduos sólidos, iluminação pública, pavimento asfáltico, transporte coletivo, drenagem pluvial, etc. Com relação à infra-estrutura social, deverá ser caracterizada a situação de atendimento escolar, saúde, segurança pública, transporte público, equipamentos comerciais, etc.

### **3.1.3 - Levantamento físico-territorial e pesquisa socioeconômica**

Deverá ser realizado um levantamento físico-territorial, para revelar as características físicas das habitações a serem atingidas pelo projeto e possibilitar a avaliação imobiliária. Esse trabalho identificará: a localização do imóvel e seus confinantes; a caracterização do imóvel quanto à área construída, número e tipo de cômodos, materiais e componentes dos elementos estruturais, revestimento, cobertura, piso, forro e estado de conservação; a área de construção do terreno, as condições de acesso e benfeitorias próximas.

A pesquisa socioeconômica visará a obtenção de parâmetros sociais e econômicos da população a ser afetada, devendo ser aplicada de forma concomitante com o levantamento físico-territorial, possibilitando a obtenção das seguintes informações: identificação do pesquisado e proprietário; documentação do imóvel e forma de ocupação; aspectos físicos e serviços existentes; número de moradores; dados sociais como escolaridade, saúde, tipo de ocupação/emprego, renda familiar, distância dos locais de trabalho e escola, participação comunitária, etc. Na pesquisa, também deverá ser abordada a preferência quanto à forma de remanejamento.

O levantamento físico-territorial e a pesquisa socioeconômica deverão ser realizados com a participação de assistentes sociais qualificados e experimentados, utilizando entrevistas e técnicas de observação. O formulário de pesquisa deverá ser elaborado com base em levantamento preliminar, ajustando-o às peculiaridades locais.

O responsável pela realização do levantamento e da pesquisa deve se cercar de todos os cuidados necessários para evitar especulação sobre o assunto, de modo a que novas famílias não sejam atraídas a se instalar na área.

#### **3.1.4 - Identificação das situações de ocupação**

Com base na situação fundiária da área a ser afetada, e no levantamento físico-territorial e socioeconômico, deverão ser caracterizadas as diversas situações de ocupação da área, considerando, no mínimo:

- propriedades rurais/urbanas totalmente afetadas e famílias;
- propriedades rurais/urbanas parcialmente atingidas e famílias;
- famílias residentes com e sem título de propriedade;
- infra-estrutura a ser afetada;
- equipamentos públicos e/ou privados existentes na área.

*Os itens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3 deverão ser elaborados considerando, no mínimo, as situações acima.*

#### **3.1.5 - Avaliação dos imóveis**

Em função dos padrões de construção e da propriedade dos terrenos, dever-se-á proceder à avaliação dos imóveis. Deverá ser estabelecido um valor mínimo de indenização de tal forma que não seja possível reproduzir situações de miséria eventualmente existentes na área.

### **3.2 - Infra-Estrutura e Equipamentos Afetados**

Deverão ser levantadas, avaliadas e descritas as soluções a serem adotadas ou propostas para os problemas causados pelo projeto de saneamento na infra-estrutura e nos equipamentos públicos existentes na área. Deverão ser apresentados os respectivos cronogramas e custos.

### **3.3 - Áreas Disponíveis para Reassentamento**

Com base na estimativa do número de famílias a serem removidas, na área necessária para remanejamento e nas condições atuais de infra-estrutura básica e social da região, deverão ser pesquisadas diferentes áreas passíveis de serem utilizadas no processo de remoção das famílias.

As áreas deverão, em princípio, ser localizadas próximas à habitação atual, possibilitando a continuidade das relações sociais vigentes e preservando o acesso ao trabalho, à educação, aos equipamentos de saúde, além das relações de vizinhança.

Deverá ser analisado, também, o possível impacto da relocação sobre a área selecionada, em função do incremento da população e da sua capacidade de assimilação. Devem ser considerados os aspectos de relações de trabalho, de infra-estrutura (energia, água, esgotos, etc.) e de equipamentos públicos como escola, saúde, etc.

### **3.4 - Definição da Política de Remanejamento da População**

A política de remanejamento a ser adotada deverá ser detalhada, considerando diversas alternativas em função da atual situação de ocupação e propriedade dos imóveis e das preferências da população a ser afetada.

#### **3.4.1 - Alternativas de remanejamento**

Entre as alternativas a serem consideradas, em função da situação preexistente, deverão constar, no mínimo, as seguintes:

- indenização total através de compensação monetária equivalente ao custo de reposição da residência e do terreno a ser afetado pelo projeto;
- indenização das benfeitorias, no caso de terreno público;
- reassentamento em outra área, com casa e terreno com características equivalentes ou melhores que as atuais, sem qualquer custo para as famílias afetadas;
- reassentamento em outra área, com terreno e infra-estrutura básica, e auxílio técnico, serviços e material à autoconstrução.

É importante ressaltar que o direito à compensação monetária para as famílias que têm suas propriedades regularizadas é prevista na legislação brasileira. No caso das famílias que estão irregularmente localizadas, é fundamental que a opção de indenização em dinheiro seja analisada, caso a caso, pela equipe de assistentes so-

ciais, sob o risco de contribuir para a desagregação de famílias despreparadas para lidar com essa situação.

#### **3.4.2 - Programa de assistência socioeconômica**

Deverá ser analisado, no caso de populações rurais ou semi-rurais, um programa de assistência socioeconômica para o reassentamento, considerando, entre outros, a previsão de custos de manutenção para a subsistência das famílias afetadas durante o processo de transferência, em função das perdas de plantações e criação de animais.

No caso de o plano de remanejamento e reassentamento não evitar a alteração de meios de vida e de obtenção de remuneração econômica da população a ser afetada, o programa de assistência socioeconômica deverá considerar, ainda, alternativas para suprir a carência detectada.

#### **3.4.3 - Programa de educação e assistência social**

Em função do processo de reassentamento e do tamanho do lote a ser destinado, deverá ser previsto um programa de educação sanitária e assistência social.

#### **3.4.4 - Programa de mitigação de impactos**

Tendo em vista os impactos avaliados sobre a região de reassentamento das famílias, deverá ser proposto programa de ampliação da infra-estrutura e equipamentos públicos.

### **3.5 - Estudo Preliminar de Reassentamento**

Na situação de escolha de alternativa de reassentamento das famílias afetadas, com casa e terreno novos ou terreno e auxílio à autoconstrução, e em função da análise efetuada no item 3.3, deverá ser apresentado estudo preliminar com a localização da área, equipamentos sociais existentes, dimensão dos lotes, modelo das residências, infra-estrutura básica necessária, etc.

### **3.6 - Disposições Institucionais**

Deverá ser estabelecida a responsabilidade institucional para implementação do processo de remoção e relocação, observadas as atribuições definidas em lei, e a adequada estrutura operacional para: (i) a preparação detalhada do Plano Definitivo de Remanejamento e Reassentamento; e (ii) a sua subsequente implementação, considerando as diversas entidades públicas envolvidas e baseado nos seguintes princípios:

- as políticas acordadas e o plano detalhado de operação do remanejamento deverão ser aplicados por profissionais qualificados e experientes, sob coordenação de assistentes sociais;
- a participação das famílias afetadas deverá constituir-se em processo interativo no detalhamento do projeto, que priorize a tomada de decisões em forma conjunta no que se refere à seleção da área de reassentamento, termos e condições de mobilização e transferência das famílias e seus pertences, além dos programas de assistência socioeconômica;



- definição clara da instituição com poder legal, para representar as famílias afetadas, com vistas a assegurar o cumprimento das políticas acordadas com as instituições e agências colaboradoras, as autoridades locais e as empresas contratadas;
- definição clara da autoridade financeira e mecanismos que garantam uma efetiva disponibilidade de fundos, destinados ao remanejamento e reassentamento, bem como eventual assistência socioeconômica.

### **3.7 - Aspectos Jurídicos e Legais**

Em função da situação atual da área a ser afetada e da área a ser utilizada para reassentamento, se for o caso, deverão ser comentadas as ações e disposições jurídicas e legais necessárias para a implementação do Plano de Remanejamento e Reassentamento.

Deve-se considerar, também, a formalização jurídica da negociação a ser empreendida com os moradores da área.

### **3.8 - Planejamento das Atividades**

Deverá ser elaborado um planejamento global das atividades, considerando a realização de projeto detalhado para as operações de remanejamento e reassentamento, e que deverão incluir:

- elaboração de projetos de remanejamento e reassentamento e as etapas de participação das famílias afetadas nessa elaboração;
- cronograma de implementação.

### **3.9 - Estimativa de Custos**

Deverão ser elaboradas estimativas preliminares de custos de todas as operações de remanejamento e reassentamento requeridas, desagregadas nas seguintes categorias de desembolsos:

- indenização das propriedades com residências e benfeitorias;
- indenização das residências, sem título de propriedade;
- aquisição de terrenos para a implantação do reassentamento;
- construção de casas e infra-estrutura de reassentamento;
- programa de assistência socioeconômica;
- programa de mitigação de impactos;
- custos de mobilização e transferência;
- custos de serviços profissionais;
- custos administrativos;
- contingências físicas de 20%.

### **3.10 - Cronograma das Atividades**

De acordo com os itens 3.6, 3.7, 3.8 e 3.9, deverá ser apresentado um cronograma de implantação das atividades, com as responsabilidades institucionais definidas, para cada operação e custos associados.

### **3.11 - Sistema de Monitoramento e Avaliação**

Deverá ser elaborado um sistema de monitoramento e avaliação do desenvolvimento do projeto de modo a assegurar:

- detecção de falhas na implementação do projeto e a promoção de ações corretivas;
- mecanismos de detecção de impactos socioeconômicos relativos às famílias reassentadas que permitam ao órgão responsável prevenir, neutralizar ou minimizar seus possíveis efeitos indesejáveis.